

RELATÓRIO SAULO RAMOS

Projeto de Cabral denunciado como socializante

O presidente José Sarney recebeu um relatório preparado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, apontando os "erros, absurdos, impropriedades e o pouco que existe de aproveitável" no projeto de Constituição preparado pelo relator da Comissão de Sistematização, Benedito Cabral, que será votado pelo plenário da Constituinte. O relatório, de 45 páginas, diz que a Constituição aprovada pela Sistematização estabelece no País uma "ordem econômica política-socializante", na medida em que dá ao Estado um "papel preponderante na atividade econômica, relegando a iniciativa privada a um plano secundário". A definição de empresa nacional, a discriminação do capital estrangeiro e o monopólio estatal da distribuição de petróleo, segundo Saulo Ramos afugentam os investimentos externos, deixando vazios que só o Estado terá como preencher. Com relação a Brasília, o consultor critica o Cabral III por tentar estabelecer através de uma Assembleia Legislativa uma "autonomia praticamente incompatível com a condição de Distrito Federal".

CONGRESSO NACIONAL CONSTITUINTE

Projeto da Comissão de Sistematização

(Erros, absurdos, impropriedades, economia estatizada e o que tem — muito pouco — de aproveitável)

Preâmbulo:

Fraquíssima a redação do preâmbulo. Além da imitação desnecessária do lema francês (liberdade, igualdade, fraternidade), adota o perigoso conceito de democracia direta como alternativa (ou) à democracia representativa. E omite o principal: o promulgamos a presente Constituição.

Artigo 1º, parágrafo único:

O conceito de democracia direta é refletido no texto (parágrafo único, artigo 1º), embora os "casos previstos nesta Constituição" sejam de democracia semidireta.

Mas como a declaração do exercício do poder incumbem ao povo diretamente ou aos representantes eleitos, como será exercido o Poder Judiciário, que no artigo subsequente (artigo 2º) é incluído entre os poderes do Estado? Não se fala em independência, autonomia e harmonia dos Poderes sequer no Capítulo da Intervenção (artigo 41, IV). O exercício direto do poder de julgar, pelo povo, legitimará os linchamentos e outras formas de fúria coletiva.

Artigo 3º, item III:

Entre os objetivos do Estado inscreveu-se: "promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação".

Admite-se, pois, a existência de tais preconceitos, que devem ser superados. O correto será a vedação absoluta e mandamento para que a lei os puna severamente e não para que os supere.

Artigos 4º e 5º:

Normas meramente declaratórias. Fica-se sem saber como o Brasil decidirá os conflitos internacionais em que se envolva. Repudiam-se apenas o terrorismo e o racismo. Não se repudiam outros tipos de violência contra a vida e a pessoa humana (tortura, banimento, etc.). Rompe-se a tradição brasileira ao deixar-se de repudiar as guerras de conquista.

Finalmente, não se entende bem o que é comunidade latino-americana de Nações.

Dos Direitos e Garantias Individuais:

A redação é indigente. A liberdade de pensamento está no § 5º e a de expressão no § 31. Neste, fala-se em liberdade "de comunicação". Independentemente de censura (correto) ou licença? No Capítulo próprio da Comunicação, exige-se concessão ou permissão, mas a liberdade é assegurada "nos termos da lei", segundo o artigo 226, cujo § 1º veda a censura política e ideológica, permitindo, portanto, as demais, sobretudo as de natureza informativa.

A inviolabilidade do domicílio é alterada para pior (§ 11), pois eliminou-se a inviolabilidade absoluta do período noturno.

A proibição da identificação criminal antes da condenação pode trazer problemas sobre a identidade dos réus (§ 18). Sabe-se que esta prática tem servido para abusos. Melhor seria substituí-la por forma alternativa, isto é, requisição do RG e do CPF de quem os têm e permitir a identificação dos que não os tenham. De qualquer forma, é matéria para o Código de Processo Penal. Não é direito individual.

No § 22 admite-se a suspensão ou interdição dos direitos. Este permissivo no Capítulo dos Direitos individuais abrange todos os direitos e garantias. É perigosíssimo e nazista. Algo parecido com o artigo 154 da Constituição atual, mas este ao menos reservou a competência ao Supremo Tribunal Federal, que jamais o aplicou.

No direito criminal admite-se a interdição de direitos pela incapacidade temporária para investitura em função pública, para o exercício da autoridade marítima ou do pátrio poder, para o exercício de tutela e curatela, para profissão que dependa de

habilitação especial ou de licença ou autorização do Poder Público; e suspensão dos direitos políticos. Na maioria, direitos civis e não fundamentais. Como está redigido, permite o texto do projeto a interdição de outros direitos, tais como o do jornalista escrever, o do religioso officiar o culto de sua Igreja, o do trabalhador trabalhar independentemente da profissão exercida.

E muito perigoso constar esta "coisa" no elenco dos direitos e garantias individuais.

No § 24, a prisão somente pode ser ordenada por autoridade judiciária, o que exclui a autoridade policial e a autoridade hierarquicamente superior na organização militar.

No § 34, permite-se a petição e permite-se a certidão, face aos Poderes Públicos, para a defesa de direitos, sem limitação a próprios ou de terceiros. Abre-se a devassa nas repartições públicas.

No direito de propriedade, admite-se a desapropriação mediante "justa e prévia indenização". Eliminou-se a expressão "em dinheiro".

Tal permissivo sujeitará todas as desapropriações a pagamentos em títulos, mesmo porque o próprio projeto faz uma única e expressa exceção no artigo 214, § 2º, para imóveis urbanos. Sendo a única exceção, permite-se a indenização em títulos para desapropriação de sociedades, empresas, patrimônios societários, títulos mobiliários, metais, etc.

A impenhorabilidade rural de até 25 hectares (§ 39), pode parecer um benefício, mas vai deixar o pequeno agricultor sem crédito, por impossibilidade de execução.

A declaração de que o Estado (§ 41) promoverá a defesa do consumidor deve constar da ordem social e econômica. Não é direito individual.

No habeas corpus, não se admitiu a impetração originária, que os Tribunais admitiam antes da Revolução de 1964, que a proibiu. O projeto consagra, inclusive, no Capítulo do Poder Judiciário, o conceito totalitário do regime anterior.

O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por partido político, organização sindical, entidade de classe ou qualquer associação legalmente constituída, em defesa de seus membros ou associados (artigo 6º, § 50).

Trata-se de inovação considerada aperfeiçoadora dos instrumentos de proteção do cidadão e seus direitos. Introduzida a par do Mandado de Injunção, na falta de norma regulamentadora que torne inviolável o exercício das liberdades (artigo 6º, § 51), do habeas data, para obtenção ou retificação de informações referentes à própria pessoa, constantes de registros públicos e privados (artigo 6º, § 52) e da Ação de Inconstitucionalidade contra ato que fira a Constituição (artigo 62, § 53). No habeas data (§ 52, II) há uma curiosa dificuldade: só é permitido quando a parte não preferir o processo judicial ou administrativo. Que processo, então, terá o habeas data?

Dos Direitos Sociais:

O emprego é protegido contra despedida imotivada, que não se fundar em contrato a termo, falta grave ou justa causa (fato econômico intrínseco). Trata-se de uma forma de estabilidade e de um dos assuntos mais polêmicos na atualidade, que poderá provocar demissões antes de sua entrada em vigor, a par de dificultar, depois, as novas admissões (artigo 7º, I). O inciso transformará o mercado de trabalho em mercado a termo. Não haverá contratações, a não ser a termo. Pode causar séria crise social pelo desemprego em massa.

A participação nos lucros e na gestão nas empresas (artigo 7º, X) constituem matéria gerada

ra de antiga polémica, sendo as opiniões antagônicas dificilmente conciliáveis, por motivos inerentes à própria condição das partes interessadas.

A duração do trabalho (artigo 7º, XII), limitada a 48 horas semanais, constitui meio-termo entre as atuais 48 horas e as 40 pretendidas pelos assalariados.

Remuneração em dobro do serviço extraordinário (artigo 7º, XV) e licença à gestante por 120 dias (artigo 7º, XVII) são medidas consideradas passíveis de produzir efeitos contrários ao que pretendem. Bastaria o permissivo constitucional sobre pagamento superior, deixando a lei regular a matéria.

Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do salário, significaria remuneração extra? Na verdade, a trabalhadora-mãe precisa de creche para seus filhos e não de inatividade tão longa.

Idêntica observação cabe em relação ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com direito à indenização (XVIII). O ônus excessivo decorrente da medida pode gerar desemprego ou dificuldade em obter. Como conciliá-lo com o fundo de garantia do inciso III? O Judiciário brasileiro já deu indicação ao legislador: o fundo de garantia deve ser economicamente equivalente à estabilidade. Só isto resolve o problema da dispensa imotivada.

O item XXVII proíbe diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil. Isto permitirá a discriminação, por outros motivos: deficiência física, nacionalidade, escolaridade, idade, etc.

Extensão dos direitos trabalhistas aos domésticos (artigo 8º). Essa categoria tem tido, até agora, tratamento diferenciado em função da natureza e relacionamento especiais de sua atividade. Trabalhando geralmente para outros assalariados, é possível que grande número de empregadores (também empregados) não possa arcar com o ônus que se pretende acrescentar.

Sindicato:

A pluralidade é considerada mais democrática. A disposição convém aos sindicatos já existentes (artigo 10, § 2º), mas contraria a liberdade sindical.

Artigo 11:

O projeto permite a greve incondicionalmente, inclusive para funcionários públicos (artigo 45, § 6º). Não ressalva sequer os serviços essenciais à sociedade. A norma constitucional, como está, é autoaplicável. Independente de lei.

Dos Direitos Políticos:

O voto facultativo para os menores a partir dos 16 anos (artigo 16, § 1º) terá significativa repercussão no contingente e no posicionamento do eleitorado brasileiro, merecendo avaliação política, a par daquela de ordem jurídica.

Lembre-se que a atual Constituição italiana elevou para 25 anos a idade mínima dos eleitores, procurando evitar a repetição do movimento fascista, que fanatizou a juventude e chegou à ditadura pelo voto. É verdade que o regime italiano de Mussolini era parlamentarista, sistema de governo que não resiste a lideranças carismáticas.

Na inelegibilidade por parentesco (artigo 16, § 9º), somente se restringe a família do Presidente da República, e não a família do Primeiro-Ministro. Chefe de Governo que, presumivelmente, poderá praticar o protecionismo abusivo que se pretende impedir com a regra.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Bens da União

O Capítulo II trata dos bens da União, de forma semelhante àquela adotada pelas disposições em vigor, merecendo realce o § 1º do artigo 22 que assegura aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e órgãos da Administração direta da União, nos termos da Lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como na Plataforma Continental e no Mar Territorial respectivos.

Trata-se de ampliação, a nível constitucional, do princípio relativo ao pagamento de royalties a Estados em que se localizam campos petrolíferos.

Inexistindo elementos que permitam, nesta Nota, considerar as repercussões econômico-financeiras da norma, especialmente do ponto de vista da União, resta indicar que a exigência de lei regulamentadora da matéria permitirá, em tempo oportuno, a defesa do atri-

moramento que se faça necessário.

Competência da União

O artigo 23, que trata da competência da União, estabelece, no inciso XV, que em substituição à censura de diversas públicas haverá uma classificação, naturalmente através de faixas etárias e horários, com o que estamos de acordo.

No entanto, o caráter meramente indicativo que se lhe pretende atribuir torna a disposição inócua e significará, na prática, a abolição total de qualquer controle nesse campo. Estágio não atingido sequer nos países mais desenvolvidos.

Política Nuclear

O inciso XXII, letra "a" do mesmo artigo caracteriza limitação à política nuclear do País, destinada apenas a fins pacíficos. É bom dispositivo.

Matéria Processual

O artigo 26, XI, estabelece competência concorrente para legislar em matéria processual. Sem embargo de conhecer os argumentos em favor da possibilidade de se consagrar, por essa forma, certas peculiaridades, geram preocupação os efeitos colaterais da adoção de procedimentos diversos em país onde a observância da lei já é difícil mesmo sendo uniforme em todo o território nacional.

Bens dos Estados

O disposto no artigo 28, II, que inclui entre os bens dos Estados as ilhas oceânicas e marítimas já ocupadas pelos Estados e Municípios, merece análise pela inovação e pelo precedente.

Governadores e Prefeitos

O artigo 30 busca diminuir, com razão, o intervalo entre a eleição e a posse dos Governadores.

O mesmo ocorre com os Prefeitos, em relação aos quais se estabeleceu que serão julgados pelo Tribunal de Justiça, medida que há de ser devidamente avaliada em face da realidade, especialmente da diversidade da realidade nacional.

O artigo 36 não estabelece que a remuneração de Prefeitos e Vereadores deve ser fixada na legislação anterior àquela em que vai vigorar.

Tribunais de Contas Municipais

No artigo 38 há uma contradição, digamos, programática entre o § 1º e o 4º, já que este veda a criação de Tribunais de Contas Municipais e aquele assegura a subsistência dos já existentes.

Distrito Federal

As disposições concernentes ao Distrito Federal, contidas no artigo 39 e parágrafos, consagram situação polêmica, cujo debate ultrapassou os limites da Assembleia Constituinte.

A sede do Governo Federal alcança uma autonomia praticamente incompatível com a condição de Distrito Federal, que terá um governador eleito e deputados distritais.

O § 4º do referido artigo 39 contém derradeira tentativa de minorar o problema quando estipula que a lei disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, organizados pela União e a ela submetidos (artigo 23, XII e XIII).

Remuneração dos servidores públicos

O § 5º do artigo 44, dispondo que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, civis e militares, ocorrerá sempre na mesma época e com os mesmos índices, expressa preocupação resultante de experiência das últimas décadas, aliás precedente.

Parece correta a estipulação, como limites máximos de remuneração, no âmbito dos respectivos Poderes, os valores recebidos a qualquer título por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado.

É igualmente salutar que os vencimentos de qualquer espécie passem a estar justamente sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e extraordinário, e que seja vedada diferença de remuneração entre os servidores dos três Poderes, exceto em cargos e empregos iguais ou semelhantes.

Acumulação

A vedação de acumulação de cargos poderá ter exceções estabelecidas em lei complementar (artigo 44, § 13), face de dois gumes que tanto poderá servir para contemplar situações realmente excepcionais como para transformar a exceção em regra, já que foram eliminadas exigências constantes da atual Carta, como iniciativa exclusiva do Presidente da República, interesse do Serviço Público e limitação a atividade de natureza técnica ou científica e de magistério.

Aposentadoria

As disposições concernentes a tempo para aposentadoria são injustas e ditadas certamente por motivos políticos, já que diferentes quanto a homens (35 anos) e mulheres (30 anos), bem como no que concerne ao magistério (30 e 25 anos) e a outras profissões (artigo 46).

Proventos e Pensões

Quanto aos proventos e pensões e sua revisão artigos 47 e seguintes), as medidas beneficiam efetivamente seus destinatários.

Observe-se que foi mantida a aposentadoria com proventos integrais por invalidez permanente em virtude de acidente em serviço. Esta velharia deveria desaparecer. O acidente pode ser sofrido no trajeto para o local de trabalho, ou deste para a residência, no fim de semana, ou nas férias, isto é, no exercício legal de um direito resultante do fato de ser servidor público. Estando de férias, exerce o servidor um direito que lhe advém do emprego. Ninguém vai invalidar-se de propósito.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO SISTEMA DE GOVERNO

Poder Legislativo

Foi mantido o sistema bicameral (artigo 55). Ampliaram-se os poderes do Congresso Nacional (artigos 58 e 59). O número de deputados federais será proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal. Os Estados mais populosos continuarão sub-representados, eis que nenhuma unidade federada terá menos de oito ou mais de sessenta deputados (artigo 56, § 2º). É a mesma regra que hoje prevalece no texto em vigor. Cada território, excetuando o de Fernando de Noronha, elegerá quatro deputados (artigo 58, § 3º).

Há, nesse artigo, uma incongruência, posto que, pelas Disposições Transitorias (artigo 63), os Territórios federais de Roraima e Amapá são transformados em Estados-membros. A representação dos Estados e do Distrito Federal, no Senado Federal, continua idêntica à que presentemente existe: três senadores, cada qual eleito com dois suplentes (artigo 57).

Câmara dos Deputados

Os deputados serão eleitos através do sistema proporcional (artigo 56). Não se adotou, como conviria a um autêntico regime parlamentar de governo, o sistema distrital. A competência constitucional da Câmara dos Deputados foi significativamente ampliada, no que concerne às suas relações político-institucionais com o Poder Executivo. Caber-lhe-á aprovar a moção de censura ao Primeiro-Ministro ou ao Conselho de Ministros, ou negar voto de confiança, que lhe seja solicitado pelo Primeiro-Ministro (artigo 64, III).

Senado Federal

É preservada a sua função institucional nele realizando-se, de modo pleno, a igualdade político-jurídica dos Estados e do Distrito Federal. Respeitou-se, portanto, a fórmula clássica, em nosso Direito, do federalismo e do equilíbrio. Ampliaram-se os poderes de controle do Senado e restringiram-se os do Presidente da República no que pertine aos atos presidenciais de nomeação para cargos judiciais ou administrativos. O texto autoriza o legislador ordinário a indicar outros cargos, além dos enumerados na futura Constituição, cujo provimento, pelo Presidente da República, dependerá de prévia aprovação senatorial (artigo 65, III).

Reiterou-se, nesse ponto, uma regra que já havia sido positivada na Constituição de 1967. As condenações proferidas pelo Senado Federal, nos processos de impeachment, continuarão produzindo os mesmos efeitos atualmente previstos na Carta de 1969, com uma relevante diferença: a inabilitação para o exercício de qualquer cargo público, delas decorrente, será por oito anos, e não mais por cinco (artigo 66, parágrafo único).

Imunidades Parlamentares

Esse tema vem tratado no artigo 66. Houve evidente ampliação dessa prerrogativa, em benefício dos congressistas, quer no que se refere à imunidade material (os parlamentares não mais poderão ser responsabilizados por crimes contra a honra), quer no que pertine à imunidade formal (os processos criminais contra deputados e senadores só poderão ser instaurados depois de obtida a necessária licença da respectiva Casa). O projeto incorporou ao seu texto, ainda, nessa matéria, regra de inegável sentido ético-jurídico, consistente na suspensão da prescrição penal em caso de recusa da licença para processar o congressista.

Exercício de Outros Cargos pelo Congressoista

Os parlamentares não perderão o mandato, de cujo exercício deverão licenciar-se, se forem investidos em determinados cargos relacionados no projeto (artigo 69, I). O rol desses cargos foi acrescido, em hipótese, a situação atual, de novas hipóteses: Primeiro-Ministro e chefe de missão diplomática permanente no exterior (o Itamaraty vê com preocupação essa possibilidade); e Secretário de Prefeitura de Capital.

Remuneração dos Congressistas

É derogada a salutar norma, tradicional em nossas Constituições, de que os subsídios dos parlamentares serão sempre fixados de uma legislação para

outra. Evita-se, com isso, a legislação em causa própria. Lamentavelmente, porém, segundo o projeto, caberá ao Plenário do Congresso Nacional (senadores e deputados) fixar, ao longo da própria legislatura, para cada exercício financeiro, a remuneração parlamentar (artigo 70).

Reuniões do Congresso Nacional

As reuniões ordinárias ocorrerão nos períodos de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro (artigo 71). Há um acréscimo de 23 dias ao período de reuniões hoje estabelecido na Carta em vigor. Facilita-se a autoconvocação do Congresso Nacional, em caráter extraordinário (artigo 71, § 8º), por simples decisão dos Presidentes das Casas que o compõem (hipótese não prevista atualmente) ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Câmaras (hoje, a Constituição exige que esse requerimento seja subscrito por 2/3 de todos os congressistas).

Comissões Parlamentares

É criada uma Comissão Representativa, que atuará nos períodos de recesso do Congresso Nacional, como sua longa manus (artigo 72, § 4º). As CPI's passarão a ter gama mais extensa de poderes (artigo 72, § 3º). Disporão, por autoridade própria, de poderes de coerção pessoal (condução de testemunhas faltosas) e de coerção real (busca e apreensões). As CPI's, no estágio atual de nosso Direito, não possuem tais prerrogativas, devendo, hoje, para atingir tais fins, requerer as providências mencionadas ao Poder Judiciário.

Emendas à Constituição

O procedimento de revisão constitucional, disciplinado no artigo 74 do projeto, é, de certo modo, facilitado. Primeiro, porque se ampliam as hipóteses de legitimidade ativa para sua instauração (Assembleias Legislativas e iniciativa popular) e segundo, porque a iniciativa parlamentar do procedimento revisor dependerá de 1/3, no mínimo, dos membros de qualquer das Casas que compõem o Congresso Nacional. Presentemente, e como convém a uma Constituição dotada de rigidez normativa, a iniciativa dos congressistas deverá ter a assinatura de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados e 1/3 dos membros do Senado Federal.

Iniciativa Popular

A iniciativa popular do processo de elaboração normativa constitui derrogação ao princípio da democracia representativa, plasmado na fórmula segundo a qual todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Trata-se, na realidade, de um instrumento de prática democrática semidireta. O projeto confere legitimidade a um conjunto mínimo de cidadãos (0,3% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos 5 Estados, com não menos de 0,1% de eleitores em cada um deles) para iniciar o processo legislativo (artigo 75, § 2º). O referendo popular — outro instrumento de democracia semidireta — é previsto para efeito de invalidação de emendas constitucionais ou de leis (artigo 75, § 3º).

Decreto-lei

Essa espécie normativa deixa de ser contemplada pelo projeto, o qual, no entanto, investe o Presidente da República, de modo extremamente limitado, da prerrogativa extraordinária de "adotar medidas provisórias, com força de lei" (artigo 76). O Presidente da República sofrerá restrições no exercício desse poder. Assim, esse ato nominado, vinculador de medidas provisórias dotadas de força e eficácia de lei, (a) não poderá ser espontaneamente editado pelo Presidente, submetido, para esse efeito, à solicitação do Primeiro-Ministro. Atuação provocada, portanto; (b) deverá ser imediatamente submetido ao Congresso Nacional que, se em recesso, deverá ser convocado, em caráter extraordinário, para se reunir em cinco dias; (c) terá eficácia temporal limitada, posto que, decorridos 30 dias contados de sua publicação, e não convertida em lei nesse interim, cessará, de pleno direito, todos os efeitos por ele produzidos. Saliente-se, ainda, que a cessação de eficácia desse ato, por ausência de sua transformação em lei por decisão congressual, provocará a desconstituição das situações e relações jurídicas dele decorrentes, salvo se o próprio Congresso Nacional, mediante lei, vier a discipliná-las (artigo 76, parágrafo único). O tratamento dispensado pelo projeto a essa espécie normativa inominada, sem nomen juris, aproxima-se, muito, do modelo institucionalizado na Constituição italiana de 1.948 (artigo 77). Uma última observação: o projeto, ao contrário do que estipula a atual Constituição, não limita o âmbito de incidência material do ato nominado, tornando possível submeter ao seu alcance a disciplina de qualquer matéria, desde que observados, cumulativamente, os pressupostos de relevância e de urgência.

Regime de Urgência

O projeto o mantém, embora com efeitos jurídicos diversos

dos hoje fixados na Constituição. Em consequência disso, não mais haverá aprovação fática, tacita ou presumida de projetos de lei, por decurso de prazo. A inobservância, pelo Congresso, do prazo estipulado, produzirá uma única consequência: a inclusão do projeto de lei na ordem do dia e a construção da pauta, por tempo determinado, até que sobrevier a deliberação parlamentar (artigo 78, § 2º). É bom o dispositivo e poderia ser aplicado igualmente para o decurso do prazo que se obrigaria ao expresso pronunciamento do Congresso nesta espécie normativa, sem os inconvenientes da aprovação ou rejeição fática.

Veto Parcial

O projeto restringe o poder presidencial de vetar, parcialmente, os projetos de lei. O veto parcial do Presidente da República, estabelece o projeto, para ser validamente manifestado, deverá abranger "texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea" (artigo 79, § 2º). O projeto restabeleceu, nesse tema, regra que constou da Constituição de 1.967 (artigo 52, § 1º, in fine).

Leis Delegadas

O projeto manteve essa espécie normativa. Fê-lo, contudo, no âmbito da delegação legislativa típica ou em sentido próprio. O Congresso Nacional, desde que solicitado pelo Primeiro-Ministro, poderá delegar ao Conselho de Ministros a elaboração de leis delegadas. O Presidente da República não mais poderá ser o destinatário dessa delegação legislativa (artigo 82).

Independentemente do sistema de governo, o processo legislativo da emenda THEODORO MENDES é muito melhor.

Tribunal de Contas da União

O artigo 87 eleva de 9 para 11 o número de Ministros do TCU, sem maior necessidade, além de ser incompatível com o § 1º, que prevê 1/3 e 2/3 de seus membros. Deve-se manter a atual composição. A forma de escolha restringiu a liberdade do Presidente da República. Dos 9 Ministros, poder-se-ia reservar uma vaga para o Ministério Público, outra para Auditor e uma terceira para membros de Tribunais de Contas Estaduais, a serem escolhidos pelo Presidente da República, mediante lista tríplice organizada pelo TCU. As demais sete vagas seriam preenchidas: duas, por livre escolha do Presidente da República; duas, em lista tríplice organizada pela Mesa da Câmara; e duas, em lista tríplice organizada pela Mesa do Senado.

O § 4º do artigo 87 refere-se a auditor "no exercício das mesmas atribuições da jurisdição", o que é incompatível com as suas funções, as quais não são judiciais.

Não se incluiu na competência do TCU (artigo 85) o exame da legalidade dos contratos e licitações.

Poder Executivo

Presidente da República

A figura do Presidente da República tem disciplina constitucional. O projeto restringe os poderes, essencialmente em função de sua opção pelo regime parlamentar de governo. O Poder Executivo passa a ter uma estrutura dualista, obrigando de ser unipessoal. É criada a figura do Presidente da República, tão-só, a Chefe de Estado. Reconhece-se-lhe, nessa posição, a condição de árbitro da destinação constitucional do Estado, cumprindo-lhe "garantir a unidade, a independência, a defesa nacional e o livre exercício das instituições democráticas" (artigo 90). O mandato presidencial será de 5 anos (artigo 93), vedada a reeleição (artigo 16, § 5º). O atual Presidente da República, nos termos do projeto, exercerá seu mandato, hoje de 6 anos, até 15 de março de 1989. A redução do período desse mandato para 4 anos decorre de norma inscrita nas Disposições Transitorias do projeto (artigo 4º) e de dividição da legitimidade constitucional. Há cassação de mandato e, portanto, golpe de Estado. As condições de elegibilidade do Presidente da República acham-se estabelecidas no Título II do projeto, artigos 14, § 2º, e 16, § 3º; deverá ser brasileiro nato, no gozo pleno da cidadania (direitos políticos), filiado a partido político, com domicílio eleitoral na circunscrição do Brasil, para esse efeito, pelo menos durante os seis meses anteriores ao pleito e com idade mínima de 35 anos.

Eleições Presidenciais

O projeto mantém, em suas linhas básicas, o sistema vigente. Sufrágio universal e voto popular, direto e secreto. Repõe a necessidade de maioria absoluta para eleição em primeiro turno (artigo 91, § 1º). Não atingido esse limite mínimo, o processo eleitoral torna-se indireto, desenvolvendo-se em dois turnos ou fases sequenciais, a semelhança do que ocorreu na França, onde a eleição do Presidente da República se dá, nessas circunstâncias, a dois ballotes (artigo 7º da Constituição Francesa). No segundo turno, concorrerão, apenas, os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos (artigo 91, § 2º).

Novas atribuições do Presidente da República

- (a) nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro;
- (b) nomeação do Procurador-Geral da União;
- (c) dissolução da Câmara dos Deputados;
- (d) convocação de eleições extraordinárias;
- (e) presidência e direção dos Conselhos da República e de Defesa Nacional;
- (f) discurso perante o Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa anual;
- (g) decretação do estado de defesa;
- (h) comparecimento facultativo ao Congresso Nacional para o anúncio de medidas administrativas importantes ou para manifestações políticas relevantes (artigo 95).

Somente se estabelecem crimes de responsabilidade para o Presidente da República. Nenhum para o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo, que exercerá o cargo sem qualquer responsabilidade tipificada.

Conselho da República

Órgão de colegialidade heterogênea, composto por membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. O Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Justiça, do Legislativo, e o Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da maioria e da minoria, e as ambas as Casas do Congresso e da sociedade civil (6 cidadãos, brasileiros natos, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pela Câmara e os outros dois escolhidos pelo Senado, todos com mandato de 3 anos, vedada a recondução).

As funções do Conselho da República serão meramente opinativas e não vincularão o Presidente da República, de quem constitui órgão superior de consulta sobre dissolução da Câmara dos Deputados, nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro em hipótese especial, decretação de intervenção federal e dos estados de defesa e de sítio ou questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas (artigos 96 e 98).

Conselho de Defesa Nacional

É o novo nome que o projeto dá ao Conselho de Segurança Nacional. A sua competência foi substancialmente reduzida (artigo 100). É órgão de consulta do Presidente da República. Não há. O projeto suprimiu a figura do Vice-Presidente (artigo 99, § 1º).

Sistema Parlamentar de Governo

O projeto adotou o parlamentarismo como sistema de governo e tipificou, no artigo 101, os seguintes aspectos a ele concernentes:

- (a) a Chefia de Governo é atribuída ao Primeiro-Ministro, auxiliado pelos integrantes do Conselho de Ministros;
- (b) a Câmara dos Deputados passa a desempenhar, nas relações institucionais do Legislativo com o Governo, um papel de extrema importância política, posto que se rejeitar voto de confiança ou aprovar moção de censura, o Primeiro-Ministro e os integrantes do Conselho de Ministros serão destituídos;
- (c) o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, exceto no primeiro ano e no último semestre da legislatura (artigo 71, § 7º), e convocar, em consequência, eleições extraordinárias, substituindo os mandatos dos deputados federais até o dia anterior ao da posse dos novos eleitos, mas a dissolução está condicionada a uma única hipótese: se a Câmara não eleger, no prazo de dez dias, o Primeiro-Ministro. Há enorme contradição entre o artigo 64, V (maioria absoluta) e o artigo 102, § 5º (maioria simples). Nos regimes parlamentares, a dissolução é incondicionada. Nos termos do projeto, jamais haverá dissolução da Câmara;
- (d) será vedada, na mesma sessão legislativa, a iniciativa de mais de 3 moções de censura que determinem a destituição do Governo.

Primeiro-Ministro

Será nomeado pelo Presidente da República, após consulta aos partidos políticos que compõem a maioria da Câmara dos Deputados (artigo 102). Deverá ser brasileiro nato (artigo 14, § 2º), maior de 35 anos e membro do Congresso Nacional (artigo 107). Será, nos seus impedimentos, substituído por Ministro de Estado que ele próprio indicar (artigo 107, parágrafo único). Não precisa desincompatibilizar-se para disputar a eleição para o Congresso Nacional (artigo 106). Indica o Presidente da República, para nomeação, os Ministros de Estado, que também só poderão ser exonerados, ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, por sua solicitação (artigo 108, III). Em caso de morte ou renúncia do Primeiro-Ministro, e até que se empossar o novo Governo, responderá pelo cargo o Ministro da Justiça (artigo 105, § 2º).

Vê-se, pois, que o sistema de governo proposto apenas tem o caráter parlamentarista, mas não é parlamentarista. Percebe-se, simplesmente, que foi concebida uma forma de organização do Poder Executivo pelo Parlamento e não se cuidou de forma parlamentar de governo.

Conselho de Ministros

É integrado por Ministros de Estado e convocado e presidido pelo Primeiro-Ministro. Esse órgão colegiado decide por maioria absoluta de votos. O Primeiro-Ministro dispõe de voto de qualidade, em caso de empate (artigo 109). Os Ministros de Estado deverão ser brasileiros natos (artigo 14, § 2º) e cidadãos maiores de 21 anos. O Presidente da República não parti-

cipa e nem preside o Conselho de Ministros (artigo 109).

Poder Judiciário

O projeto inovou a composição do Poder Judiciário, ao instituir o Superior Tribunal de Justiça, com o perfil de Tribunal Nacional, e os Tribunais Regionais Federais (artigo 112, II e III). O texto, ao dispor sobre o quinto constitucional, afeta o princípio do autogoverno da magistratura, por permitir que as corporações interessadas (Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil) compo- nam, para efeito de preenchimento de 1/5 dos lugares nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais Nacionais, a lista sêxtupla com os nomes dos membros que as integram. A possibilidade de o Tribunal interessado reduzir a lista sêxtupla a triplice não afasta a preocupação exposta, pelo simples fato de que ficará, sempre, condicionado aos nomes relacionados por órgãos estranhos ao Poder Judiciário (artigo 114).

Muito já se debateu a respeito da competência originária do Supremo Tribunal Federal. Preponderando as virtudes, vale insistir, todavia, que a previsão da parte final da alínea "i" do inciso I do artigo 126, ao assentar a dos habeas corpus quando houver perigo de se consumir a violência, antes que outro juízo ou tribunal possa conhecer do pedido, é providência, ao menos, temerária, que terá o volume, apenas, de estimular o condão, sempre crescente, de demandas que atinjam a instância suprema. O mesmo se diga no atinente ao recurso ordinário em mandado de segurança, mencionado na alínea "a" do inciso II do mesmo preceito projetado, retorno à experiência do passado que não reflete passo avanço. Melhor seria consagrar-se o habeas corpus originário, conquista legítima da democracia brasileira no passado e que foi abolida pelo regime militar.

É mister, por último, ressaltar que a concepção da Comissão de Sistematização, no que respeita ao controle de constitucionalidade, revela-se tímida e acanhada, ressentindo-se da imprescindível visão de conjunto.

Justiça Agrária Itinerante

O projeto dispôs sobre ela, no plano da Justiça dos Estados-membros, Distrito Federal e Territórios. Preceituou que, para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias. O magistrado designado, para o exercício dessa atividade, deslocar-se-á até a área de conflito, "sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional" (artigo 150 e parágrafo único). Ressuscitou-se o "juiz de fora".

Ministério Público

Foi-lhe favorável o projeto, muito embora nem todas as teses institucionais sustentadas pelo Ministério Público tenham sido incorporadas ao texto (artigo 156/158).

Segundo dispôs o projeto, nenhum membro do MP poderá mais afastar-se de seu cargo para desempenhar, como até hoje permitido, funções na Administração Pública. A única exceção prevista refere-se ao exercício de atividade político-partidária (artigo 157, § 3º, II, "e").

Conselho Nacional de Justiça

No projeto eliminou-se a anterior disposição que não deixava dúvidas sobre a instituição de controle externo do Poder Judiciário, o que é uma violência inaceitável contra a separação de poderes e contra os princípios republicanos. Agora, deixa-se a composição para a lei complementar, circunstância que, a meu ver, não elimina a hipótese de ser consumada aquela heresia porque o Conselho, tal como está previsto, engloba o Poder Judiciário e o Ministério Público no mesmo organismo de controle do "desempenho dos deveres funcionais".

Preferível o autocontrole. Que se mantenha o Conselho Superior da Magistratura. E que cada Ministério Público tenha seu próprio órgão disciplinar.

Estado de Defesa

Mecanismo de preservação ou de restabelecimento de ordem pública ou da paz social ameaçada. Conjunto de medidas especialmente localizadas, de coerção pessoal e patrimonial. Sistema rígido de legalidade de extraordinária e transitória, em que os poderes coercitivos do Estado estão relacionados, de modo tático, no próprio texto constitucional (artigo 159, § 3º). O Estado de defesa não terá prazo de duração superior a 30 dias, sendo lícita apenas uma só prorrogação, e por igual período. A competência para decretá-lo é do Presidente da República, por solicitação do Primeiro-Ministro, e ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional (artigo 159, caput). O Congresso Nacional, a quem o ato presidencial deve ser submetido, pode rejeitá-lo, por maioria absoluta, hipótese em que "cessa imediatamente o estado de defesa" (artigo 159, § 5º e 6º). A decretação do estado de defesa atua como fator de limitação circunstancial ao exercício do poder de reforma constitucional (artigo 74, § 1º).

Estado de sítio

A sua decretação passa a depender de prévia autorização do Congresso Nacional, ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional (art. 160). Es-

RELATÓRIO SAULO RAMOS

tando em recesso o Congresso Nacional, poderá o Presidente da República decretar o estado de sítio e, de imediato, após a sua convocação extraordinária, submeter-lhe o ato à apreciação, o qual poderá ser por ele rejeitado (art. 161, § 1º). Duração: 30 dias, prorrogáveis, de cada vez, por igual prazo, salvo no caso de guerra ou de agressão armada estrangeira, hipóteses em que o estado de sítio vigorará pelo tempo em que perdurarem tais situações (art. 163). Na decretação do estado de sítio, e desde que autorizado pelo Congresso Nacional, o Presidente da República não dependerá de solicitação do Primeiro-Ministro (arts. 95, n. XXII, e 160, caput). Na vigência do estado de sítio, a Constituição, tal como hoje, não poderá ser reformada (art. 74, § 1º).

Controle do Congresso Nacional

O Congresso Nacional poderá designar Comissão composta de 5 parlamentares, "para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas previstas nos capítulos referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio" (art. 165). Este aspecto é bom, mas...

As soluções são muito complicadas e imprevisíveis. Não se cuidou do controle judicial. O mundo moderno sabe que a melhor concepção de Estado de Defesa está no artigo 16 da Constituição Francesa, que poderia servir de fonte. A França fez uso dele uma única vez. Não deve haver casuismos na suspensão de direitos e os controles da execução devem ser rígidos e simples, tanto pelo Congresso, como e principalmente pelo Poder Judiciário. E estado de sítio é expressão velha, odiada e odiosa.

Forças Armadas

O projeto manteve a destinação constitucional das Forças Armadas (defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e preservação da lei e da ordem). O texto projetado aglutinou, em seu art. 167, caput, as disposições hoje constantes dos arts. 90 e 91 da Carta Política, com uma alteração: a tutela castrense da lei e da ordem não decorrerá da vontade autônoma das instituições militares, mas dependerá, nos termos do Projeto, da iniciativa e solicitação de qualquer dos poderes constituídos.

Serviço militar e objeção de consciência

O Projeto resolve grave questão que deriva da recusa prestação do serviço militar, que é obrigatório, por parte daqueles que invocam razões baseadas em convicção religiosa, filosófica ou política. Hoje, esse comportamento é sancionado com a perda dos direitos políticos, decretada pelo Presidente da República (art. 149, § 1º, "b", da atual Constituição). O texto do Projeto permite, em tal situação, de recusa de consciência, que as Forças Armadas atribuem, na forma da lei, e desde que em tempo de paz, aos que recusam a atividades de caráter essencialmente militar, a prestação de serviço alternativo (art. 168, § 1º).

A prestação de serviço alternativo é boa solução, mas, precisamente por ser boa, deveria ser ampliada, convocando-se, por exemplo, os estudantes de medicina, odontologia, direito, farmácia e outras profissões de imediata utilidade social, para prestarem serviços alternativos depois de formados.

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

O Capítulo projetado para o Sistema Tributário Nacional, contempla aspectos polêmicos, em pauta de destaque desde o início dos trabalhos da Constituinte. Alvo, em consequência, de acaloradas discussões jurídicas, ainda assim, superadas as etapas precedentes, perdura passível de crítica, quer pelo prisma do poder tributante, quer do contribuinte.

No plano estatal, preocupação básica deve ser extraída das inovações competenciais, bem assim da repartição das receitas tributáveis. Convém registrar, de um lado, a nova imposição sobre as grandes fortunas (artigo 182, VII) e a faculdade deferida aos Estados-membros e ao Distrito Federal, para instituir adicional sobre o imposto de renda (artigo 184, § 1º). Do ângulo específico da União, suscita perplexidade o descompasso que ocorre na transferência das receitas tributárias: deixadas ao largo as injunções políticas que determinaram a sua amplitude, não há negar o preavaliamento de intenso suspenso, posto como o nítido objetivo de transpô-las sem a devida contrapartida — as correspondentes atribuições, verdadeiramente intocadas.

Melhor sorte não se reservou ao contribuinte, a começar da fixação da tipologia dos tributos. Nela, basta atentar para a largueza da identificação da contribuição de melhoria, cuja discriminação, se prevalecer, atingirá o ápice de sua involução, abatido que foi, agora, o seu limite global (artigo 170, III); o mesmo se diga no respeito ao princípio da anterioridade expungido do rol das garantias individuais — dele se excepcionando, também, o imposto de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários (artigo 177, parágrafo único e 182, V); em outro ponto discutível, pelo menos — o atinente ao empréstimo compulsório — é certo que a Comissão de Sistematização não atingiu o equilíbrio necessário, mantendo em aberto toda a gama de

objeção. Permitindo a instituição pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal, "para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública" (artigo 175, caput), a extensão da sua letra, adstrita à explicitação do respectivo fundamento material, não satisfaz: conveniente seria, em paralelo, que o Constituinte cuidasse de impor, desde logo, prazo máximo, intransponível, para a devolução do contribuinte, acatando o contribuinte. Na direção sustentada, caberia, igualmente, a vinculação, expressa e incontornável, da utilização dos recursos ao motivo que ensejou a sua criação. E é em relação à faculdade outorgada à União, no caso de investimento público relevante de interesse nacional, que a reserva aposta desponta claríssima (artigo 175, I), mesmo que se considere a proposta do artigo 44 do Projeto.

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo I

Com propriedade, já se disse "que violar um princípio é mais grave que transgredir uma norma... porque representa insubordinação contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra" (CELSON ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, RDA, 143:37/50).

Sob essa visão, como resguardar o princípio fundamental esculpido no artigo 5º do Título I do projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização, segundo o qual

"O Brasil buscará a integração econômica... dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana de nações", ante a norma constante do mesmo projeto, que estabelece um restritivo conceito de empresa nacional (artigo 200), que mais se restringe ainda, em certos casos, por força da norma do artigo 255, que exige adicionalmente o implemento do requisito de controle tecnológico nacional, "em caráter permanente, exclusivo e incondicional"?

A definição de empresa nacional, em sede constitucional, revela-se, a toda evidência, um equívoco, que se flagra no próprio texto projetado. Vejamos que o projeto define "controle tecnológico nacional", no parágrafo único do artigo 255, mas não o faz em relação ao controle decisório, o que faz depender de lei ordinária o aperfeiçoamento do conceito de empresa nacional. Se assim é, por que não deixar a fixação desse conceito ao prudente juízo do legislador ordinário, em face de circunstâncias e de objetivos de política econômica, essencialmente insubstanciais?

Desnecessário é o conceito de empresa nacional na Constituição, porque o próprio projeto, no § 2º do artigo 200, determina que "a lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional" e não a empresa nacional, na qual, aliás, o capital nacional pode ser majoritário, embora em termos de capital votante seja minoritário. De fato, como a lei fortalecerá o capital nacional votante seja minoritário. De fato, como a lei fortalecerá o capital nacional, se privilegia apenas as empresas nacionais, em que todo capital, majoritário ante o dito, pode ser minoritário quanto ao direito de voto?

Ademais, como fortalecer o capital nacional, majoritário numa empresa não-nacional, se o poder de compra do Estado contemplará preferencialmente a empresa nacional (artigo 200, § 2º)?

Pior que tudo, porém, é o conceito de empresa brasileira de capital estrangeiro (artigo 200, § 1º). Para que tal definição, se, em nenhum outro de seus dispositivos, o projeto a ela se refere, seja para beneficiar-lhe ou para restringir-lhe a atuação? Afinal, se esse conceito se aplica a etapas precedentes, perdura passível de crítica, quer pelo prisma do poder tributante, quer do contribuinte.

No plano estatal, preocupação básica deve ser extraída das inovações competenciais, bem assim da repartição das receitas tributáveis. Convém registrar, de um lado, a nova imposição sobre as grandes fortunas (artigo 182, VII) e a faculdade deferida aos Estados-membros e ao Distrito Federal, para instituir adicional sobre o imposto de renda (artigo 184, § 1º). Do ângulo específico da União, suscita perplexidade o descompasso que ocorre na transferência das receitas tributárias: deixadas ao largo as injunções políticas que determinaram a sua amplitude, não há negar o preavaliamento de intenso suspenso, posto como o nítido objetivo de transpô-las sem a devida contrapartida — as correspondentes atribuições, verdadeiramente intocadas.

Melhor sorte não se reservou ao contribuinte, a começar da fixação da tipologia dos tributos. Nela, basta atentar para a largueza da identificação da contribuição de melhoria, cuja discriminação, se prevalecer, atingirá o ápice de sua involução, abatido que foi, agora, o seu limite global (artigo 170, III); o mesmo se diga no respeito ao princípio da anterioridade expungido do rol das garantias individuais — dele se excepcionando, também, o imposto de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários (artigo 177, parágrafo único e 182, V); em outro ponto discutível, pelo menos — o atinente ao empréstimo compulsório — é certo que a Comissão de Sistematização não atingiu o equilíbrio necessário, mantendo em aberto toda a gama de

garimpeira em cooperativas"... (artigo 203, § 2º), ao mesmo tempo em que estatui a plena liberdade de associação e faz depender de autorização a fundação de associações e cooperativas, vedando a interferência estatal em seu funcionamento (artigo 6º, § 44) e estabelecendo que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado (artigo 6º, § 46). Perigosíssimo é o projeto nos parágrafos do artigo 203. O caput dá ao Estado a competência de agente normativo e regulador da atividade econômica e os parágrafos dão ao Estado o poder de zonar a atividade econômica, o que contraria frontalmente os princípios da economia de mercado (artigo 203, §§ 1º a 4º, I).

Responsabilidade Criminal da Pessoa Jurídica

O § 5º do artigo 202 expõe o Brasil ao ridículo diante da civilização jurídica mundial.

Num enorme esforço de exegese poder-se-ia entender que o legislador quis estabelecer a responsabilidade penal objetiva dos diretores da pessoa jurídica, quando, usando a razão social, cometerem crimes. Mas a estultice é bem salientada quando o dispositivo ressalva: "sem prejuízo da responsabilidade individual dos integrantes da pessoa jurídica, a lei estabelecerá a responsabilidade de criminalidade, sujeitando-a às penas compatíveis com sua natureza..."

Dificilmente concebeu-se um despaupertado tão gritante mesmo no mais absurdo anedotário das coisas impossíveis.

Ordem econômica politicamente socializante

O projeto da Comissão de Sistematização altera, em profundidade, o tratamento que tem sido dado a esse tema em todas as Constituições brasileiras, conferindo ao Estado papel fundamental como agente direto ou regulador da economia.

É sabido que o regime socialista distingue-se do capitalista (ainda que moderno e voltado para o social) em face do prestígio que tem a iniciativa privada neste em contraposição àquele, onde o Estado é o agente econômico por excelência. Assim, sob ângulo ideológico, é claro que os que pretendem alterar o regime lutam pela estatização da economia.

Retomando o mesmo conceito e, em outras palavras, poder-se-ia dizer que a definição de um regime como socialista ou capitalista depende de um conceito básico, qual seja, a quem compete, originariamente, a atividade econômica. Se ao Estado, será socialista, se à iniciativa privada, capitalista, econômica. Se ao Estado, será socialista, se à iniciativa privada, capitalista. Não se que não deixa o Estado de ser socialista, se os meios de produção não pertencem inteiramente a ele; basta, para tanto, que as empresas privadas, em razão do planejamento ou dirigismo estatal, fiquem reduzidas à condição de instrumentos de ação do Estado no atendimento a prioridades por ele estabelecidas. Isto, igualmente, cerceia a iniciativa privada.

Colocados tais pressupostos, verifica-se que os dispositivos do projeto da Comissão de Sistematização dão ao Estado papel preponderante na atividade econômica, relegando a iniciativa privada a um plano secundário. Logo, se for aprovado, o regime sofrerá profunda transformação a nível institucional, reunindo condições para a implantação, logo a seguir, de um socialismo puro.

De fato, apesar de o artigo 199 do projeto referir-se à livre iniciativa, os demais dispositivos do Capítulo I do Título VII conduzem a conclusão diferente se analisados sistematicamente.

A primeira observação a ser feita prende-se à não inclusão, entre nós, de norma clássica e definidora do regime capitalista, no sentido de que a atividade econômica fica reservada preferencialmente à iniciativa privada, como, aliás, consta do artigo 170 da Constituição vigente. Ao contrário, o parágrafo único do artigo 199 não reserva à iniciativa privada a atividade econômica, mas a qualquer "pessoa", que, portanto, pode ser de direito público. A par disso, a lei poderá excluir a iniciativa privada de certas atividades ou exigir que haja prévia autorização do Poder Público, o que bem revela o caráter dirigista e cartorário do projeto.

Os artigos 200 e 201 dão à empresa de capital estrangeiro tratamento discriminatório relativamente à nacional, não com o objetivo de proteger esta, mas sim como forma de criar espaços vazios na economia, os quais só poderiam ser preenchidos pelo Estado. Realmente, tal discriminação afugentará do País as empresas de capital estrangeiro, criando sério problema de ordem econômica e social. A medida que as excluir de atividades básicas, como as que se referem aos fornecimentos ao setor público (responsável por mais ou menos 60% do PIB), e impede a livre competição, pois umas (empresas nacionais) terão incentivos, etc., e outras (empresas estrangeiras), não. É claro que, em tais circunstâncias, a empresa de capital estrangeiro não investirá no País e as que aqui estão, procurarão limitar os reinvestimentos ou até mesmo deles sair, o que provocará vazios econômicos insuscetíveis de preenchimento pela iniciativa privada brasileira, que não tem capitais em volume suficiente para atender às necessidades nacionais. Restará, como é óbvio, a ocupação de tais espaços pelo Estado.

O artigo 207, inciso V, ao criar o monopólio sobre a distribuição de derivados de petróleo é o pretexto para afastar o foco real do problema. Aplica-se, ao

caso, a conhecida estória do boi. Coloca-se algo radical que, quando suprimido, dá ao observador a sensação de que o mal maior foi eliminado. Mas não é assim. O grande mal é realmente a norma discriminatória, que poderá provocar o êxodo de capitais estrangeiros, com o sucateamento de parcela expressiva do parque industrial brasileiro e a formação dos referidos vazios econômicos onde, à falta de capitais privados nacionais, só o Estado terá condições de preenchê-los. Se os radicais de esquerda concordarem em retirar do texto aquele inciso, advertir-se-á que é precisamente o restante que interessa ao bem engendrado plano de institucionalização da economia estatal.

O artigo 202 dá a falsa impressão de que se prestigia a iniciativa privada ao restringir preventivamente a intervenção do Estado no domínio econômico. Isto porque se permite ocorrer a ela por "relevante interesse coletivo", expressão genérica que poderia ser substituída por "interesse da sociedade". Assim, esta norma poderia ser expressa de acordo com a seguinte formulação lingüística, sem alteração de seu conteúdo: "O Estado poderá atuar no domínio econômico sempre que houver interesse da sociedade". É a economia socialista.

O artigo 203, nessa análise sistêmica do Capítulo, confirma as observações anteriores, pois apresenta o Estado como o agente normativo e regulador da atividade econômica, quando esta deve ser reservada à iniciativa privada; e somente quando esta não cumprir o seu papel é que o Poder Público poderá atuar regulatoriamente. Da forma como está, o poder normativo e regulador surgiria como fornecedor dos contornos dos campos em que poderia atuar a iniciativa privada. Atuar nas áreas reguladas, e como reguladas.

A expressão "controle" significa verificar se o planejamento estatal está sendo seguido ou não. E expressão mais ampla do que "fiscalização", pois esta pressupõe uma conduta específica, concreta, enquanto aquela (controle) abrange a definição de objetivos e prioridades na ação. A expressão "indicativo" não é meramente programática, mas sim diretiva, pois quem não seguir o programa estará aliado de incentivos, concorrências etc. e sua atuação poderá ser considerada em descompasso com os "ditames da justiça social", e, por conseguinte, incompatível com a ordem econômica institucional.

O § 4º cria zoneamento econômico, o que fará com que a iniciativa privada, na prática, não possa atuar, se em desconformidade com a lei complementar de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento econômico. Isto porque incentivos fiscais e creditícios poderão ser dados conforme o elemento "norteador". Poderá, talvez, até vedar determinados empreendimentos em certas zonas. Por definição, zonear é circunscrever parcela do território em que certas atividades serão permitidas ou proibidas, definindo usos conformes e desconformes. Zoneamento urbano ou rural e zoneamento industrial são hipóteses admissíveis pois levam em consideração os reflexos das atividades concretas com o espaço físico em que são desenvolvidas, mas "zoneamento econômico" significa dirigir as atividades econômicas em geral (empresariais e profissionais) segundo os interesses do Estado.

Do que se observou, nota-se que as duas formas de atuação do Estado na economia (a direta, quando explora a atividade por si e a indireta quando regula aquilo que o particular faz) passam a ser não mais subsidiárias, mas principais. Pelo projeto, aniquila-se a livre iniciativa e institucionaliza-se a estatização o que é próprio dos regimes socialistas.

Em conclusão, se for aprovado tal Capítulo o regime fundado na liberdade de iniciativa estará irremediavelmente comprometido.

Capítulo II Da Política Urbana

Propriedade urbana: função social, desapropriação e usucapão (arts. 214 e 215) — tradicionalmente, a propriedade urbana, no Brasil, esteve sujeita a desapropriação, por necessidade pública, utilidade pública, interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro. Mais: os casos legais de utilidade (e necessidade) pública, como os de interesse social, estavam, e estão, gizados em lei federal, cuidadosa, minudentemente (cf. C.F., art. 153, § 22; D.I. 3.365/41; L. nº 4.132/62). Tocantemente ao usucapão de imóvel urbano, vigem, hoje, os arts. 550 e 551 do Código Civil, a exigência de 20 anos, e 10 ou 15 anos, de posse "ad usucapionem".

O projeto, em disposição imprecisa, diz que a "propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa em plano urbanístico, aprovado por lei municipal" (art. 214) e, em seguida, cuidando das "desapropriações de imóveis urbanos", faculta, "ao Poder Público Municipal", "exigir... do proprietário do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de... desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública... com prazo de resgate de até dez anos..." (art. 214, § 2º). Frise-se que o projeto atribui, à União, "privativamente", o poder de "legislar sobre desapropriação" (art. 214, III) e, também, "concorrentemente" com os Estados e o Distrito Federal, o de "legislar sobre direito urbanístico e parcelamento do solo urbano" (art. 26, XV), mas conferiu aos MUNICÍPIOS os de "legislar sobre assuntos de interesse local", "suplementar a legislação federal e a esta-

dual no que couber", "promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano" (art. 37, I, II, VIII), e, ao DISTRITO FEDERAL, "as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios" (art. 39, § 5º). E, isto posto, poder-se-ia inferir que, segundo o projeto: incumbirá à lei municipal apontar os casos em que a "propriedade urbana cumpre a sua função social"; será possível, à lei municipal, disciplinar as "desapropriações de imóveis urbanos...". Observe-se, ainda, que o projeto, ao tratar do "direito de propriedade", do "seguramento deste, e, concomitantemente, da desapropriação: em regra geral, condiciona tal medida à indenização "justa e prévia" (e não, como hoje, a indenização cumulativamente "prévia", "justa", "em dinheiro") (art. 6º, § 38).

A matéria ora focalizada, creio, está a exigir especial atenção, visando a que receba outro, e adequado, gizeamento. Este implicaria, em primeira ordem, reestudar-se a regra geral da desapropriação e a competência legislativa da União, dos Estados, MUNICÍPIOS e do DISTRITO FEDERAL, para, após, buscar-se nova, e razoável, disciplina da propriedade urbana do imóvel urbano.

Capítulo III Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

1) As políticas e a reforma, mencionadas no "nome" do CAPÍTULO, e no corpo dele. O CAPÍTULO é respeitante à "política agrícola e fundiária", e à "reforma agrária", segundo seu título; mas, no corpo dele, têm menção o "plano nacional de desenvolvimento agrário", a subsumir "as ações de política agrícola, política agrária e reforma agrária".

Sucedem que: a política agrária, ou política de desenvolvimento rural (PNDR — Governo atual), abrange os aspectos agrícola e fundiário, e, ainda, a reforma agrária. Desejando-se, politicamente, realçar esta, poder-se-la dizer: CAPÍTULO III. DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA REFORMA AGRÁRIA, mencionando-se, no Capítulo, como feito no projeto, o "PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO".

2) A função social da terra rural e da sua exploração (do empreendimento sobre ela existente). O projeto, no ponto, repetiu, quase "in litteris", a definição do § 1º do art. 2º do ESTATUTO DA TERRA, no qual, ao fôto de delinearem os elementos da "função social" da "terra", foram alinhados aspectos a esta concernentes (p. ex., a "produtividade" e, outros, relativos à "exploração da terra rural (v. g., as "justas relações de trabalho"). E, assim, sendo no projeto, vê-se disposição mal redigida, imprecisa, de difícil aplicação, em que dito, e. g., "favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores...". Qual o significado disso? Mais: a hipótese abrange não só "proprietários" e "trabalhadores", mas possuidores, em geral, da terra (sejam proprietários, ou p. ex., arrendatários), agricultores (parceleros, meeiros, etc.) e trabalhadores rurais (strio sensu).

O elenco dos aspectos que, somados, demonstram estar cumprida a função social, na espécie (da terra, e da exploração), precisa ser integrado por situações objetivamente constatáveis, qual, v. g.: a exploração correta e racional, com satisfatória produtividade e na qual conservados, ou preservados, os recursos naturais renováveis e os ambientais (a expressão "correta e racional", frise-se, já significa as apontadas "produtividade" e "conservação/preservação, mas "quod abundans non nocet"), a observância das justas relações de trabalho, e das normas previdenciárias; o asseguramento de condições dignas, humanas, de trabalho e de vida, aos agricultores e trabalhadores rurais. Mais: é preciso clarificar que correspondem para tal efeito, às situações de exploração racional e correta, as situações nas quais o detentor da terra está dando início a tal exploração, ou efetivando as providências necessárias ao início dela. A realidade grita, clamorosamente, pela indispensabilidade dessa clarificação. O projeto, como hoje vazado, não a produz.

Tendo em vista os evidentes, e importantes, reflexos, constitucionais e legais, do tema, necessária surge a reconsideração dos termos em que tratado no projeto, sob pena de desestabilizar-se a propriedade rural sem promover-se qualquer tipo de reforma agrária. 3) A desapropriação, pela União, por interesse social, para os fins da Reforma Agrária, de imóvel rural. O projeto merece, no particular, revisão, isso porque recebeu, ali (art. 219), redação confusa, letra incompleta, na qual "piorada" a norma que, hoje, a propõe, vigora. Continua, no projeto, sem disciplina, a indenização de bens que, eventualmente, incluídos na expropriação, não configurem "benefícios fiscais e necessários" (p. ex., o gado). Não se explicitou, nele, que só é pagável em T.D.As o valor da terra nua; nem se cuidou de restringir o pagamento em T.D.As à chamada desapropriação-sanção, cujo objeto é o latifúndio (o minifúndio não cumpre sua função social porque isso não lhe é possível; a desapropriação de minifúndios, para aglutiná-los e redistribuir terras modulares, viáveis, não é sanção; é benefício; e hoje, é indenizada em dinheiro).

Mais: o projeto reza que "o

valor da indenização da terra e das benfeitorias será determinado conforme dispuser a lei" (Justa indenização, inexistente acordo entre expropriante e expropriado, supõe-se, será a fixada pelo Judiciário). Reitera o óbvio, ao dizer que a "declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação".

Cumpra-se, portanto, a desapropriação de imóvel rural delimitado constitucionalmente, claro, preciso, inteligível aos menos doutos. Nesse mister, sabendo-se que, muitas vezes, os graves conflitos, e litígios judiciais, derivados dessa expropriação, hoje, resultam do desrespeito às normas constitucionais e legais, será de todo conveniente prever-se que, antes de iniciado o procedimento expropriatório, antes de deflagrado este (pelo decreto que declare, o imóvel, de interesse social), deverá, o bem, sofrer vistoria, da qual previamente identificado seu proprietário. Mas a matéria deve ser enviada à lei processual ordinária. Não cabe em Constituição.

4) Os imóveis rurais "insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária", isto é, sobre os quais não poderá incidir a desapropriação comentada, retro, sob 3. O projeto trata da matéria apontando "os pequenos e médios imóveis rurais, definidos em lei", cujos "proprietários não possuam outro imóvel rural". Sucede que a limitação do poder expropriatório da União, por ela mesma produzida, se vaza, hoje, no recente Decreto-lei nº 2.363/87, que o projeto quis imitar timidamente e acabou deixando a matéria confusa.

Decerto descaberia inserir-se, na futura Carta, o elenco de normas visto, ao projeto, no Decreto-lei nº 2.363/87. Mas, sem dúvida, poderá ela conter dispositivo que propicie o tratamento, em lei ordinária, das opções legislativas esboçadas no decreto-lei em realce.

Observo que, no ponto, convirá deixar claro, explícito, óbvio, que a imposição de limites quais os vistos no art. 5º do decreto-lei nº 2.363/87 não afeta a eficácia, benéfica, desejável, necessária, do art. 22 do ESTATUTO DA TERRA. ("Em áreas de minifúndios, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas").

5) A aquisição de imóvel rural por pessoa (física, ou jurídica) estrangeira. O projeto subordina ao "licet" do Congresso Nacional tal aquisição (art. 59, XV), e reitera, isso, no CAPÍTULO em foco (art. 224). Defina, outrossim, "empresa nacional", empresa brasileira de capital estrangeiro (art. 200), curando, ainda, de ditar serão os "investimentos de capital estrangeiro", "admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei" (art. 201). E, respectivamente ao tema, a aquisição em destaque, dispõe que a "lei limitará a aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoas físicas ou jurídicas

estrangeiras". "Aquisição", e "arrendamento", friso. Por que, ali, o arrendamento? Para impedir, também, a pessoa estrangeira, os poderes inerentes ao domínio, sobre imóvel rural? Caso sim, excelente, a ideia; mas, não lhe basta a referência ao "arrendamento", decerto.

O assunto é relevantíssimo. Precisa ser melhor regulado, porém, e, nisso, cabem considerações, principalmente, os aspectos enumerados supra.

Em síntese, os Capítulos II (DA POLÍTICA URBANA), III (DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA) E DA REFORMA AGRÁRIA do Título VII do Projeto (arts. 214 a 227) precisam sofrer séria, atenta, revisão.

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

Com 43 artigos, 75 parágrafos e 62 incisos, portanto, com 180 unidades normativas dispostas isoladamente sobre assuntos que se entrelaçam, o Título VIII engloba a Segurança Social, Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Meio Ambiente, Família, Criança, Adolescente e Idoso e Indio.

Numa apreciação que permita avaliar a experiência constitucional pátria e a contribuição legislativa ordinária e regulamentar já existente a respeito desses assuntos, é possível concluir-se que o enxudoso projeto, como concebido, agora raros exotismos, repete, assistemáticamente, o que já está regulado nos textos legais e regulamentares em vigor, de forma mais completa e com observância sistemática de toda uma programação política, fruto da experiência ao longo dos anos, no trato da matéria.

Nas Constituições anteriores, a partir da de 1934, sempre se tratou da Ordem Econômica e Social em um só TÍTULO e, noutro, da Família, Educação e Cultura. Agora pretende-se inovar, para dar-se à impressão (e só a impressão), que o tratamento em um TÍTULO autônomo da ORDEM SOCIAL marca uma posição, qual seja a de que a ordem social é a mais importante e merecedora de tratamento destacado e detalhado, de cada uma das partes que a integram, em sede constitucional.

Fora de dúvida que a ordem social merece tratamento cercado dos melhores e maiores cuidados, dada a importância de que se reveste. Isso, entretanto, não autoriza, antes pelo contrário, desautoriza, seja a matéria própria da legislação ordinária tratada no texto constitucional, com os riscos naturais do esclerosisamento pernicioso aos vãos das conquistas, no setor, ditadas pela evolução social.

Os impios — no ensinamento bíblico — é que pensam que pelo muito falar serão ouvidos. O importante é que se afirme o que é certo. O que é certo não é tratar em sede constitucional aquilo que é objeto da legislação ordinária, como por exemplo:

Todo o parágrafo único do artigo 230 e seus 7 incisos não me-

RELATÓRIO SAULO RAMOS

recem tratamento constitucional e estarão mais adequadamente disciplinados na legislação ordinária — que, objetivamente, dispõe sobre os meios possíveis para tornar exequível a aspiração constitucional constante do artigo 230 (assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social).

O artigo 231, por igual, cuida do financiamento da seguridade social que diz ser, compulsoriamente, por toda a sociedade, e se estende em 5 parágrafos e 3 incisos fazendo indicações desdobradas em sede constitucional, pretendendo até disciplinar a contribuição decorrente das loterias, já minudentemente regulada na legislação ordinária vigente (Decreto-lei nº 204/67, Lei nº 5.525/68, Decreto-lei 594/69);

Os artigos 232, 233, 234 e 235, com 5 parágrafos e 11 incisos que pretendem não só garantir o direito de todos à saúde (que é dever do Estado), descrevem a pormenores e minúcias sistêmicas incompatíveis em sede constitucional, revogando o sistema vigente e inviabilizando aquele que preconizam em linhas gerais, pelo seu distanciamento da realidade. Para o setor dispensa a participação da iniciativa privada, salvo se submeter-se a contrato público, e inviabiliza a participação de empresas que tenham capitais de procedência estrangeira, como se à saúde interessasse tal discriminação. A rigor, querendo dar o muito que não pode, elimina o que é possível. E como ficará o setor da saúde? Sem nada!

Os artigos 236 e 237, com seus 7 parágrafos e 11 incisos, cuidando da previdência social, pretendem arrolar os planos respectivos pondo em destaque a aposentadoria, para, no artigo 237, garantir-lhe o salário integral e permiti-la antecipadamente com proventos proporcionais e, ainda, concedê-la aos 65 e 60 anos de idade, respectivamente, ao homem e à mulher. Não há aposentadoria com salário. Quem está inativo (que é a hipótese do aposentado), não recebe salário e, sim, proventos. Os proventos integrais, significando aposentadoria com proventos iguais aos salários da atividade, inviabiliza a previdência social. Aposentadoria antecipada com proventos proporcionais é um estímulo à ociosidade, num País que tanto precisa de trabalho. Aposentadoria com 65 e 60 anos de idade para homens e mulheres, sem dizer-se com que proventos explicitamente, leva à interpretação sistemática que há de ser com proventos integrais. Nessa caso, é mais uma forma de inviabilizar a previdência social. A discriminação odiosa de conceder-se

aos autônomos, empregadores e desempregados aposentadoria com base no salário de contribuição, quando aos demais é concedida com base no salário percebido na atividade, chega às raias do absurdo. O autônomo e o empregador, que pagam dobradamente a contribuição, estão equiparados aos desempregados, que nada pagam! A vedação da subvenção do Poder Público às entidades de previdência privada, com fins lucrativos é meramente demagógica. As subvenções já são dadas, hoje, às que não têm fins lucrativos...

Os artigos 238 e 239, com seus 2 parágrafos e 8 incisos, que tratam da assistência social independentemente de contribuição à seguridade social, é, sem dúvida, uma aspiração altruística, romântica, digna dos maiores encômios, mas irrevel, inviável, inexecutável. Embora se afirme que os recursos para essa assistência social sairão do orçamento da seguridade social, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, apesar dessa previsão, também ela é inviável, sabido e ressaltado que tais orçamentos sequer antecem aos fins específicos a que se destinam. Quanto mais... Pode-se até aspirar ao inviável, ainda que se não o alcance, como ideal filosófico. Transportar isso para o texto constitucional, entretanto, é retirar da Lei Maior a seriedade de que é lícito dela esperar-se. Além de significar estímulo para que não cumpram outras regras inscritas na Constituição que, entretanto, são viáveis.

Os artigos 240 a 252, com seus 19 parágrafos e 20 incisos, tratam da educação, cultura e desporto e afirmam que a educação é direito de cada um e dever do Estado, bem assim também o pleno exercício dos direitos culturais e o fomento de práticas desportivas formais e não formais.

O parágrafo único e seus incisos I a V do artigo 240 parecem plataforma de reivindicação das chapas que concorrem nas eleições estudantis. Como reivindicações do tipo, muito louváveis. Como texto constitucional, entretanto, ridículas. Tais reivindicações poderão corporificar-se na legislação ordinária quando as condições objetivas, na área, o permitirem. O que se não deve é formulá-las no texto constitucional com o risco, muito provável, de jamais passarem de mero discurso e não chegarem a realizar-se.

Os incisos VI e VII do artigo 241, que garantem ao educando ensino noturno em todos os graus e apoio suplementar atra-

ves de material escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica constituem metas inatingíveis pelo menos nas condições atuais. Por que dar uma garantia constitucional que, já se sabe, não passará do papel? Por que não deixar o assunto à legislação ordinária para, na época própria, assegurar, na medida das possibilidades, tais garantias?

O § 2º do artigo 241 responsabiliza a autoridade competente pelo não-oferecimento do ensino pelo Estado, ou sua oferta irregular. Que autoridade competente será essa? A que não oferece os recursos? Ou, difusamente, o contribuinte que não paga o imposto bastante? Ou o empresário ou o produtor que não geraram a riqueza bastante? Quem será o responsável? Ninguém! Para que, então, o parágrafo? Para nada!

Qual o propósito da competência dada ao Estado de fazer a chamada dos educandos em idade escolar solicitando informações a seus responsáveis pelo cumprimento da frequência? Fazer a chamada por que meio? E como pedir as informações? Ou será esse mais um § 3º do artigo 241 de nenhuma aplicação, apenas por forma?

Os artigos 242 e 243 disciplinam matéria já regulada em lei ordinária (Lei de Diretrizes e Bases do ensino e suas posteriores alterações e acréscimos).

O artigo 246 e seus 2 parágrafos repetem normas que já constam da Lei da Reforma Universitária de nº 5.540/68.

A matéria constante dos artigos 247, 248 e 249, evidentemente, terá melhor tratamento na legislação ordinária que dará detalhamento adequado à destinação dos recursos e ao Plano Nacional de Educação.

As intenções do parágrafo único do artigo 250, dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 251, no pertinente à cultura, já estão regulamentadas na legislação ordinária vigente, e ainda não passará de intenções. Por que repeti-las no texto constitucional, sem chance efetiva de se tornarem realidade?

O artigo 252 trata das atividades esportivas que já estão devidamente disciplinadas pela Lei nº 6.251/75, e regulamentadas pelo Decreto nº 80.228/77. O texto constitucional não acrescenta nada e por isso peca por inutilidade. O parágrafo único deste artigo fixa um princípio, ao menos, inusitado. Por que só em relação aos esportes há necessidade de exatidão da ins-

tância administrativa para poder apelar-se para o Judiciário? Por que tratar-se desse assunto em sede constitucional? Acaso pretende-se que a intervenção do Poder Judiciário é motivo de perturbação das atividades desportivas?!

No Capítulo — Da Ciência e Tecnologia, o discurso de intenções pode resumir-se na conclusão de que o mercado interno integra o patrimônio nacional (artigo 254). Tudo deve fazer-se (pesquisa, tecnologia, ciência) nacionalmente. O intercâmbio com outros países parece crime de lesa-pátria. Tudo é nosso e para nós. Só não se sabe como viabilizar esse tudo.

O Capítulo que trata da Comunicação prevê no § 1º do artigo 256 a vedação da censura de natureza política e ideológica e a permite para atos que atentem contra a moral e os bons costumes e incitem à violência. E se a incitação à violência estiver inserida no programa político? Na pregação ideológica? Como fica? Censurada ou não? O que prevalecerá, no caso, a vedação à censura de natureza política ou ideológica? Ou permissão da censura em temas que incitem à violência? E, afinal, permite-se à censura a matéria que não seja de natureza política e ideológica, como a de natureza informativa, científica, cultural e outras. Dispositivo claramente nazista.

O § 2º do artigo 256 afirma que os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio público. Melhor dito seria monopólio estatal. Se não podem ser monopólio estatal, como explicar a competência do Poder Executivo para outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens? E claro que essa competência decorre do monopólio estatal. Se ele não existisse, qualquer pessoa que o pudesse e quisesse teria seu serviço de som e/ou de som e imagem, independentemente da autorização ou permissão do Estado. Não o pode, entretanto, porque esta é uma atividade monopolizada pelo Estado, embora possa ser explorada por terceiros mediante privilégio outorgado pelo Estado. Só pode outorgar privilégio, no caso, quem seja detentor do monopólio. Esta série de considerações serve para demonstrar que matéria que deva ter tratamento na legislação ordinária, transportada para o âmbito angusto da Constituição, pode ter disciplinação inadequada e, como no caso, até equivocada.

O Capítulo do Meio Ambiente (artigo 262 e seus parágrafos e incisos), repete de forma incompleta a regulamentação do assunto pela Lei nº 5.318/67, Decreto-lei nº 1.098/70, Decreto-lei nº 1.413/75, Lei nº 6.902/81, Lei nº 6.938/81, Lei nº 7.347/85 e um sem-número de decretos e portarias. O tratamento em se-

de constitucional do assunto objeto de regulamentação da legislação ordinária já existente é, ao menos, um bis in idem de todo desaconselhável, sobretudo, de uma matéria relativamente nova na legislação que não deve fossilizar-se no texto constitucional, ao contrário, deve renovar-se mediante a edição de normas ordinárias que lhe acompanhem a evolução.

O Capítulo da Família, Criança, Adolescente e Idoso (artigos 263 a 267, com seus 11 §§ e 14 incisos) dá a ideia que a família, criança adolescente e idosos são coisas distintas e que devem ter tratamento diversificado. Quando no artigo 263 se afirma que a família tem especial proteção do Estado, não se quer referir a um ente distinto daquele que é integrado de adultos, velhos, adolescentes e crianças. O § 2º do artigo 264, quando trata da criança e do adolescente, repete o que a respeito foi disposto no Capítulo III, Da Educação, Cultura e Desporto. Veja-se, por exemplo, que o inciso II do § 2º do artigo 264 é igual ao inciso I do artigo 241. De resto, a garantia ao trabalho, aos direitos previdenciários, à ampla defesa, etc., não passa de repetição de textos anteriores que já asseguraram esses direitos a todos, logo, também às crianças e adolescentes. As normas aqui são repetitivas na sua maioria e não passam de recheio desnecessário ao texto constitucional, de si com recheio bastante para dispensar, ao menos, os desnecessários, porque repetidos.

O Capítulo VIII, que cuida dos Índios (artigo 268 a 271, com 5 parágrafos), padecer do mesmo vício encontrado em quase todos os títulos do projeto. Neste Capítulo repete-se incompletamente o que já consta pormenorizadamente no Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73. Por que, em sede constitucional, dar tratamento à matéria já regulada na legislação ordinária vigente, sobretudo quando não há razão que justifique a superposição? Esse Capítulo serve, tão-só, para tornar mais extenso o projeto de Constituição, sem nenhum proveito, mas com uma consequência séria: forçará a canalização para o Supremo Tribunal Federal de todas as questões trabalhistas, posto que passam elas a serem constitucionais.

Em toda a extensão do projeto verifica-se que mais de setenta por cento das matérias nele tratadas são típicas de leis ordinárias. De tanto incluir, na Constituição, questões de leis ordinárias, corre-se o risco de elaborar-se, isto sim, uma Constituição ordinária. E isto será lamentável. Creio e espero que a maioria dos membros do Congresso Nacional Constituinte atente para esses defeitos e os corrija no Plenário da Assembleia.

4 de dezembro de 1987.

J. SAULO RAMOS
Consultor-Geral da República

Papai Noel vai trazer a sua!

Em até 3 pagtos sem juros.

Bicicletas Monark e Caloi.

A maior variedade de Bicletas Monark e Caloi com os menores preços da cidade.

CECIZINHA FIORI - Aro 20

AVISTA APENAS

Cz\$ 7.770,00
OU EM 3 PAGTOS S/JUROS (1+2)

E ainda:

AMORTECEDORES
Para todos os modelos de veículos nacionais.

40% DE DESCONTO

TAPETES
Borracha Alta Resistência para todos os veículos nacionais.

30% DE DESCONTO

TAGUATINGA CENTRO
TAGUATINGA NORTE
SETOR DE INDUSTRIA

W3 SUL 514
W3 NORTE 506

PNEUSOK

CARLOS RODRIGUES VALDIR DINIZ 1º ANIVERSÁRIO

As famílias de CARLOS RODRIGUES e VALDIR DINIZ, convidam amigos e parentes para a Missa de 1º Aniversário de falecimento, às 18:30 h na Igreja St.º Cruz 905 Sul, dia 06.12.87 (domingo).

SRA. OLIMPIA FERNANDES Agradecimento - Missa de 7º dia

AO POVO PARAGOMINENSE, ao Governador Hélio Gueiros, ao Deputado Carlos Xavier, ao Prefeito de Paragominas, Sr. EVANDRO MOREIRA, AO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. ALÍSIO FRANCO, AOS AMIGOS correligionários, médicos e funcionários do INCOR, principalmente o Dr. Carlos Mousinho, pelo carinho e assistência com que me cercaram nesta hora de dor, quando da partida de nossa genitora, Olímpia Fernandes, e ao mesmo tempo convido a todos para, no próximo dia 7 de dezembro, segunda-feira, às 18:00 horas, na Igreja Matriz de Paragominas, Estado do Pará, participarem da Missa de 7º dia pelo sufrágio de sua alma.

a) Fausto Fernandes, Deputado Federal

Ministério das Minas e Energia

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

COMPANHIA ABERTA

CGC - 00001180/000126

AVISO AOS OBRIGACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Obrigacionistas que, a partir de 07.12.87, estaremos efetuando o resgate integral do Saldo das obrigações emitidas em 1988, séries "M", "N" e "O". Os títulos em questão poderão ser resgatados até 07/12/92, de acordo com o § 11 do artigo 5º do Decreto Lei nº 644, de 23/06/69. Quanto ao cupão de juros nº 20, informamos que seu pagamento se dará a partir de julho de 1988. O resgate poderá ser efetuado nos escritórios da Eletrobrás situados nos endereços a seguir relacionados e nas agências autorizadas do Banco do Brasil S/A:

- Rio de Janeiro - Rua Teófilo Otoni, 83 - Loja
- São Paulo - Rua Libero Badur, 436 - 2º andar

Brasília, 04 de dezembro de 1987
(a) Mário Penna Bhering
Presidente